

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial

TODO APOIO AO POVO PALESTINO

**ENTENDA POR QUE DEVEMOS DAR APOIO INCONDICIONAL
À RESISTÊNCIA DO POVO PALESTINO**

Páginas 3,7, 8 e 9



Momento em que palestinos rompem o cerco à Faixa de Gaza

LUTA

**Lições da greve
que paralisou São
Paulo contra as
privatizações**

Páginas 12 e 13

JUVENTUDE

**Unificar movimento
estudantil em defesa
das universidades
públicas**

Página 16

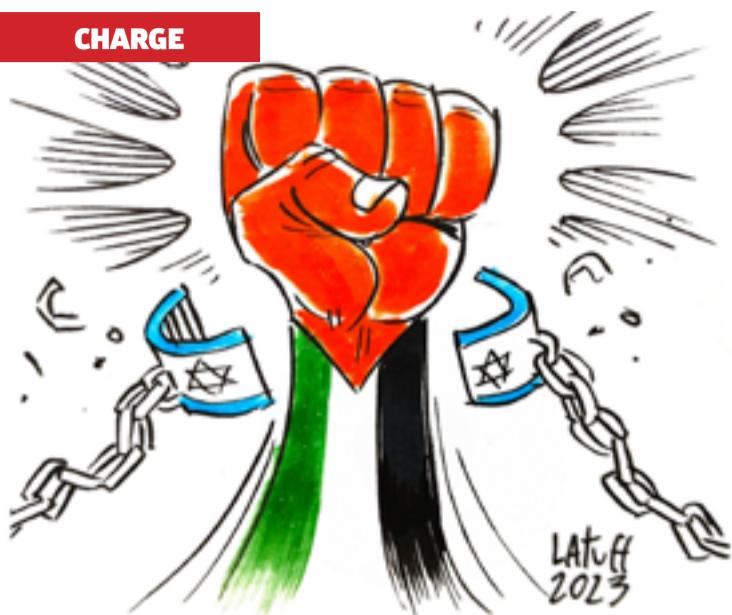
PRIVATIZAÇÕES

**Governos
estaduais e
federal colocam
Brasil à venda**

Páginas 4 e 5

pág inadois

CHARGE



FALOU BESTEIRA

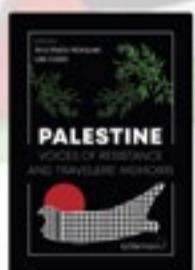
“ Estamos combatendo contra animais ”

Yoav Gallant, ministro da Defesa de Tel Aviv, qualificou palestinos como ‘animais humanos’, justificando o massacre sobre Gaza.



SOLIDARIEDADE À PALESTINA!

FAÇA SEU CADASTRO NO SITE E BAIXE GRATUITAMENTE OS LIVROS EM PDF:



SUNDERMANN 21

WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR (11) 984-99-5443

CENSURA

Tiktok censura conteúdo da Vera sobre Palestina

Aproximadamente 24 horas após a publicação da intervenção da nossa camarada Vera, no ato em solidariedade à Palestina, realizado em São Paulo, em 10 de outubro, o TikTok simplesmente removeu o conteúdo, alegando discurso de ódio. Isto é um verdadeiro absurdo e é escandaloso que essas grandes empresas capitalistas que controlam os meios de comunicação das redes sociais se sintam no direito de taxar um debate sobre a luta do povo palestino como discurso de ódio. O vídeo, provavelmente, foi alvo de ataques de grupos ou pessoas defensoras das políticas racistas e genocidas de Israel. Não é democrático que diante



de um alto volume de denúncias, a empresa simplesmente remova o conteúdo. Afinal, as denúncias são completamente infundadas. São, na verdade, parte da campanha ditatorial de silenciamento da opinião e da liberdade de expressão do povo palestino, promovida pelo Estado terrorista de Israel. Não cabe ao TikTok ou qualquer empresa

das redes sociais tolher ou gerenciar o que é um debate democrático ou não sobre determinado assunto. Exigimos do TikTok a volta do conteúdo da Vera à sua rede social. Exigimos, também, do YouTube e demais redes sociais o fim do cerceamento do compartilhamento e divulgação dos conteúdos em defesa do povo palestino.

SANTA CATARINA

Governador reprime indígenas para fechar barragem

Não bastassem as fortes chuvas que atingem toda Santa Catarina, castigando a população do estado, e sobretudo os mais pobres, o governador Jorginho Mello (PL) determinou o fechamento das duas comportas da Barragem Norte de José Boiteux, inoperante há 10 anos e, segundo inúmeras denúncias, com alto grau de precariedade, inclusive várias rachaduras e vazamentos. Caso rompa essa que é maior barragem do estado, poderá ocorrer uma tragédia similar a de Brumadinho (MG), vitimando milhares de pessoas no Vale do Itajaí. A barragem fica no Território in-

dígena Laklánõ Xokleng e, para fechar as comportas, o governo catarinense utilizou a Polícia Militar, com ajuda do Exército, para reprimir violentamente os indígenas. Lideranças Xokleng informaram que metade das aldeias já estão alagadas. Informes de moradores locais, porém, dão conta de que a resistência ao fechamento da barragem não vem apenas dos indígenas da TI, mas de todas as comunidades próximas à região. Relatos de rachaduras e vazamentos, que transformariam a barragem numa verdadeira “bomba relógio” caso atinja sua capacidade máxima,



embasam a apreensão dos moradores diante dessa ação criminosa e irresponsável do governo do estado.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

 opiniao@pstu.org.br

 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



A luta do povo palestino, o imperialismo e a vergonhosa posição de Lula

Israel está realizando um crime de guerra, terrorismo de Estado e genocídio de todo um povo, com o bombardeio de Gaza, no que promete ser o maior massacre já visto na região. Os principais países imperialistas apoiam e endossam essas ações. Afirmam que Israel tem o direito a autodefesa diante das ações do povo palestino, no dia 7 de outubro. Então não teriam também os palestinos direito à sua própria autodefesa?

Os defensores de Israel, como Joe Biden, dos EUA, invertem a realidade sobre quem é o agressor e quem é o agredido. Não se pode confundir a resistência do oprimido com a violência do opressor. Na Palestina, há um invasor, um colonizador e um Estado terrorista, que se chama Israel.

O povo palestino luta, há 75 anos, contra a limpeza étnica, vivendo sob um verdadeiro regime de apartheid. Foram expulsos de suas terras e, hoje, Israel controla a água, comida e eletricidade na Faixa de Gaza, com os palestinos vivendo abaixo da linha da pobreza e em condições sub-humanas.

LUTA CONTRA A OPRESSÃO NACIONAL E IMPERIALISTA

As ações do dia 7 não foram terrorismo; mas, sim, um ato de heroica resistência, fruto do direito de autodefesa. Trata-se de uma guerra assimétrica, de uma permanente agressão por parte de um dos exércitos mais poderoso do mundo, contra um povo sitiado em uma prisão a céu aberto.

Condenar a resistência palestina é similar a questionar a luta negra; seja na época do apartheid, na África do Sul; seja nos EUA, durante a segregação racial institucionalizada. É uma reação justa, embora tenha sido dirigida pelo Hamas, organização com a qual temos enormes diferenças, porque é uma direção burguesa, ligada ao fundamentalismo islâmico, e que, em última instância, não consegue levar a luta pela libertação da Palestina até o final.



EUA, Inglaterra, França e Alemanha são os principais responsáveis pela criação e desenvolvimento deste enclave militar, que serve como entreposto dos seus interesses no Oriente Médio. Mais uma vez, diante da guerra e devastação de vidas humanas, vemos que a causa é a busca pelos lucros dos capitalistas. A questão palestina é a prova da decadência e da barbárie às quais o capitalismo está levando a humanidade.

Nenhum destes governos está condena a violência dos ucranianos contra a invasão russa. Então, por que dois pesos e duas medidas? Se deve aos diferentes interesses burgueses envolvidos em cada um desses conflitos. O que muda é o que o país invasor na Palestina serve integralmente aos interesses dos EUA e da Europa. Enquanto o país invasor na Ucrânia tem atritos com eles, tendo maiores relações com outros setores imperialistas, como a China.

Isso prova que esses governos capitalistas, como EUA, Europa, Rússia ou China, não têm interesse em garantir direitos democráticos ou independência nacional em lugar nenhum. Estão disputando zonas de influência, para

garantir seus próprios interesses.

Chega a ser ridículo que Zelensky, presidente da Ucrânia, país invadido pela Rússia, apoie Israel, que é o país invasor e opressor da Palestina, demonstrando seu alto grau de subserviência ao imperialismo dos EUA.

Nossa posição é comprometida com a luta pela autodeterminação em qualquer parte do planeta. Assim como estamos com a resistência ucraniana, contra a invasão russa, também estamos com o povo palestino, contra a opressão e invasão israelense. É tarefa dos trabalhadores enfrentar os diversos blocos burgueses e imperialistas e defender seus direitos democráticos em todo mundo.

A POSIÇÃO DE LULA

A posição de Lula e seu governo é lastimável. Chamar a heroica resistência palestina de terrorismo é um absurdo. É prestar um serviço ao opressor israelense, condenando os atos de resistência, como fez o Boulos (PSOL). Há, inclusive, ministros de Lula declarando abertamente o apoio a Israel, como o Fufuca (Esportes), que tem uma posição similar à de Bolsonaro.

COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE, AQUI E NA PALESTINA

As lutas contra as privatizações e o domínio do imperialismo no Brasil têm tudo a ver com termos uma política externa também independente, em defesa dos direitos de autodeterminação do povo palestino e contra o enclave militar de Israel.

Tanto a política externa quanto a política econômica do governo Lula, por sua orientação a favor da burguesia e dos capitalistas, acabam fazendo coro com a ultradireita. A posição dos bolsonaristas é abertamente pró-Israel e a favor do genocídio dos palestinos; mas a do governo do PT, em nome de uma suposta neutralidade, termina contribuindo com o imperialismo, com o genocídio de Israel e ajuda a ultradireita.

Há muitos setores petistas, com os quais temos muitas diferenças, que estão com os palestinos, contra o Estado de Israel. É preciso exigir que Lula mude a orientação do governo. O mínimo é romper, já, as relações diplomáticas e comerciais com Israel. É preciso entrar de cabeça no boicote internacional a este país. Mas, Lula não só não faz isto, como o Brasil segue sendo um dos principais compradores de equipamentos militares deste país terrorista que, aqui, são utilizados para a repressão dos trabalhadores, do povo periférico e negro.

Esta é mais uma demonstração da importância de uma alternativa política para os trabalhadores que seja pautada na independência de classe em relação aos diferentes blocos burgueses.

Precisamos construir uma oposição de esquerda e socialista, para enfrentar o imperialismo e o poder dos monopólios capitalistas que promovem exploração, aqui no Brasil e, também, realizam genocídios, massacrando povos inteiros, como mostra a dramática situação dos palestinos.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/45X2TX3](https://bit.ly/45X2TX3)**

PRIVATIZAÇÕES

Governos estaduais e federal colocam o Brasil à venda

 **DIEGO CRUZ E JÚLIO ANSELMO, DA REDAÇÃO**

No último dia 3 de outubro, a capital de São Paulo parou contra as privatizações levadas a cabo pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A entrega dos setores e do patrimônio público, porém, não é uma exclusividade de São Paulo, como aponta o recém-lançado boletim “Contracorrente”, do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), dedicado às privatizações. Ao menos seis outros governadores já anunciaram sua intenção de privatizar, nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Alagoas e Espírito Santo. O setor mais visado desse processo é o de infraestrutura.

Se os governos da direita tradicional e bolsonaristas alardeiam aos quatro ventos seu projeto privatista, os do PT seguem a mesma cartilha, ainda que de forma mais escamoteada.

O governo petista de Jérônimo Rodrigues, na Bahia, avança na venda da Bahiagás, segunda maior distribui-

dora de gás natural do país. Em maio, o governo petista firmou contrato com a Ernst & Young (multinacional britânica de auditoria e consultoria) e o Consórcio Genial (especializado em estruturar, financeira e juridicamente, planos de privatização, tendo participado da venda da Eletrobras), a fim de organizar a venda da estatal de gás.

Já o governo Lula, meio que ataca as privatizações, no discurso e de forma dúbia; mas, por debaixo dos panos, avança na entrega do patrimônio e de serviços públicos ao capital privado e aos grandes monopólios internacionais e nacionais. Na prática, não só não move um dedo para reverter a venda da Eletrobras, como permite a en-

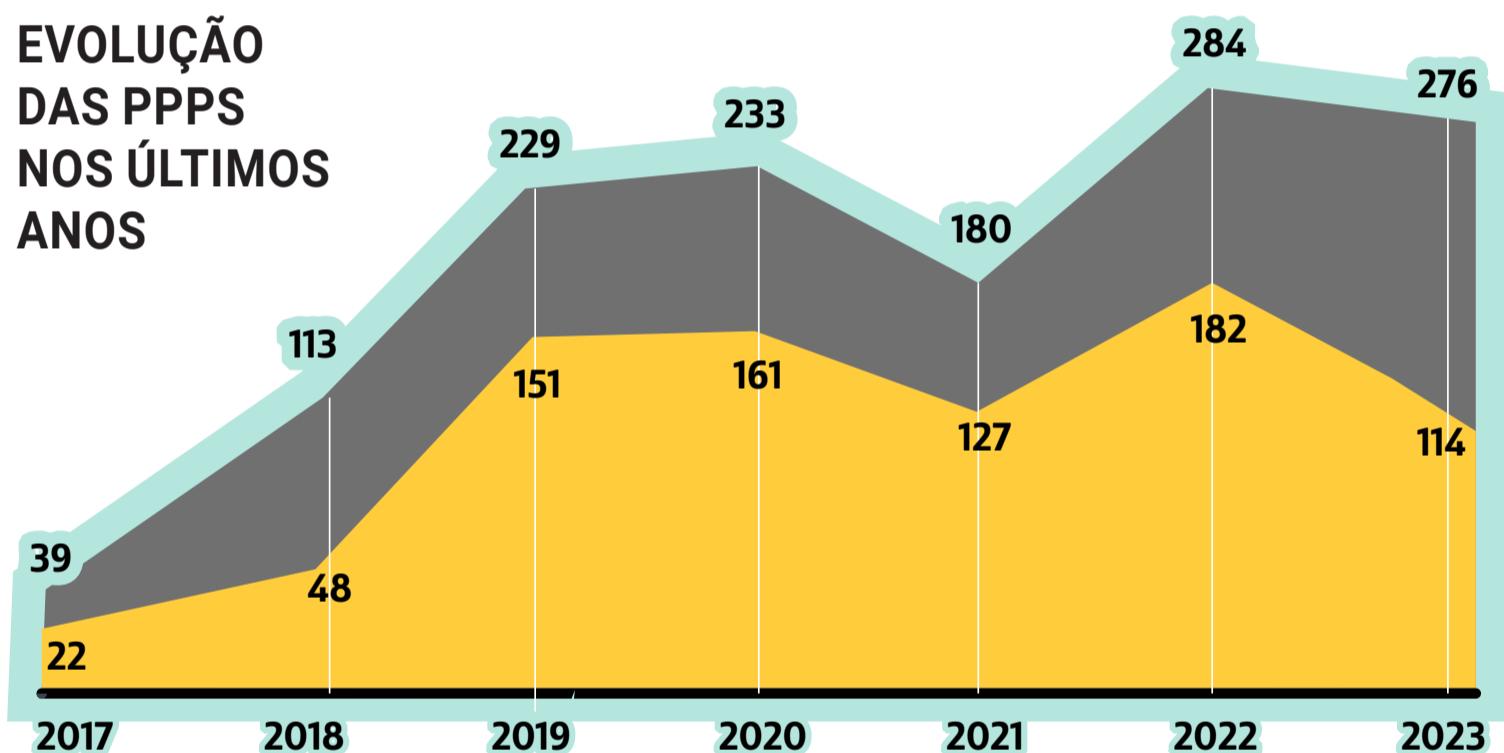
trega do metrô de Belo Horizonte, controlada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), vinculada ao Ministério das Cidades.

Em abril último, o Governo Federal alterou um decreto de 2016, sobre “incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura”, ampliando as áreas passíveis de entrarem no Programa de Par-

cerias de Investimentos da Presidência; ou seja, que podem virar concessão ou Parcerias Pública-Privadas (PPPs). Essas áreas vão do saneamento básico, da Educação e da Saúde, até mesmo à Segurança Pública e sistema prisional, como ocorreu no último dia 6, com a concessão do Presídio de Erechim (RS).

DESEMPENHO DAS PPPS

EVOLUÇÃO DAS PPPS NOS ÚLTIMOS ANOS



TIPOS DIFERENTES DE UMA MESMA ENTREGA

Privatização e Parcerias Público-Privadas



A entrega do país, suas riquezas e do setor público aos grandes grupos privados, especialmente estrangeiros, assumiu diferentes formas nos últimos anos. Existe a venda pura e simples das estatais; ou o Estado se desfazendo de

sus ações, até que permaneça minoritário, com o controle sendo transferido ao capital privado, como Bolsonaro fez com a Eletrobras (e o governo Lula manteve) ou Tarcísio de Freitas (Republicanos) pretende fazer, agora, com a

Sabesp (empresa de saneamento e água de São Paulo).

Existe, ainda, casos como o da Petrobras, em que o controle está com o Estado, mas a maioria de suas ações é repassada aos grandes capitalistas estrangeiros e, na prática, a empresa atua como se já fosse uma empresa inteiramente privada, a fim de proporcionar dividendos bilionários aos banqueiros e acionistas, especialmente estrangeiros.

Outra forma é a Parceria Público-Privada, em que uma empresa é remunerada pelo Estado para a concessão de determinado serviço pú-

blico. São estabelecidos contratos, que podem variar de cinco a 35 anos, com lucros garantidos através de repasses públicos. Ou seja, um capitalismo de risco zero.

TODOS CAMINHOS LEVAM AOS BOLSOS DE EMPRESÁRIOS E BANQUEIROS

Nessa modalidade, a PPP pode ser através de uma “concessão administrativa”, em que a remuneração ocorre diretamente pelo governo (como no caso dos presídios), ou “patrocinada”, em que há uma combinação de recursos públicos e da população, atra-

vés de taxas ou tarifas (como no transporte público).

A PPP, geralmente utilizada para privatizar de forma disfarçada, tem, portanto, o mesmíssimo sentido da privatização tradicional, com o mesmo objetivo: fazer lucrar os grandes conglomerados privados.

E de forma até mais vantajosa pois, aqui, praticamente não há o risco de que o negócio não prospere, seja por uma má gestão, seja por uma eventual crise econômica. O governo entra com o dinheiro e as empresas saem com o lucro. Além de abrir não uma brecha, mas um verdadeiro rombo para todo tipo de falcatrua, desvio e corrupção.

ENTREGUISMO

Avanço do rebaixamento e da decadência do país

O avanço da entrega do país segue o processo de re-colonização e desnacionalização. A tendência de regressão do país à condição de mero exportador de commodities (produtos agrícolas e recursos naturais), cada vez mais colônia do imperialismo, é o que está por trás da entrega das estatais, que começou há 30 anos e que, agora, tem um novo impulso.

Por que isso acontece? O Brasil viveu um processo acelerado de industrialização após a Segunda Guerra. Porém, longe de ser fruto de uma política independente de desenvolvimento, ainda que capitalista, a industrialização no Brasil foi desde sempre subordinada ao imperialismo e às multinacionais.

Nisso, o Estado investiu pesadamente em projetos e



estatais de infraestrutura, a exemplo da própria Petrobrás; para a geração de energia elétrica, como a Eletrobrás; ou para a mineração e siderurgia, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce. Ou seja, tratou-se de criar as condições para a instalação e funcionamento das multinacionais, principalmente automobilísticas, com

uma indústria privada brasileira de componentes, no marco de um desenvolvimento capitalista subordinado.

Os investimentos do Estado se estenderam à urbanização do país, mesmo que extremamente insuficiente, nem sequer garantindo saneamento básico à população (e hoje, mesmo após os 14 anos dos três governos do PT, qua-

se metade do povo não conta com água e esgoto).

Já setores como Saúde e Educação avançaram com muita luta, permitindo conquistas como o direito à Educação gratuita e o Sistema Único de Saúde (SUS), também, desde sempre insuficientes. Até mesmo porque, há 30 anos, vêm sendo atacados, desmantelados e privatizados.

SOB O NEOLIBERALISMO, O IMPERIALISMO EXIGE A TOTAL ENTREGA DO PAÍS

Acontece que, com o advento do neoliberalismo e o redesenho da organização internacional dos Estados, se o papel do Brasil era o de uma plataforma regional de exportação de produtos industrializados, reconfigurou-se cada vez mais como um fornecedor de matérias-primas.

Se nos últimos 30 anos tivemos a venda de estatais estratégicas, como a Vale e a CSN, e de setores de ponta, como a Embraer, agora tivemos a Eletrobras e se abre a perspectiva da entrega de praticamente todos os setores públicos. É o imperialismo, com a ajuda e o suporte dos governos federal e estaduais, raspando o tacho do patrimônio público para a entrega aos monopólios.

Resumo da história: se o desenvolvimento capitalista e burguês, baseado no domínio do imperialismo, já colocou o Brasil numa condição de subalternidade e rebaixamento, agora isso se agrava ainda mais com a privatização do que resta das estatais, e a entrega de todo o setor público. É um passo adiante na decadência do país.

ROMPER COM O IMPERIALISMO

Reestatização das empresas entregues, sob o controle dos trabalhadores

É necessário, antes de mais nada, parar todas as privatizações que estão ocorrendo. Chega de privatizações e PPPs. Mas é preciso, também, reestatizar as empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores, começando por garantir uma Petrobrás 100% estatal, sob controle dos trabalhadores.

O sistema elétrico do país já está quase todo privatizado e nas mãos de várias multinacionais. A Petrobras, por sua vez, está cada vez mais nas mãos dos fundos de Investimentos estrangeiros, dos banqueiros internacionais, enquanto as petrolíferas estrangeiras entram cada vez mais no Brasil.

Mesmo os setores mais importantes da economia nacional, como o agronegócio, estão nas mãos de monopólios financeiros. Agora, além das rodovias e aeroportos, também estão entregando os portos. E por aí vai.

Essas empresas não têm interesse em desenvolver o país. Querem, pelo contrário, lucro rápido e fácil. Por isso, inclu-

sive, ao longo dos anos, sempre se aproveitaram da relação com o Estado através das PPPs, das privatizações e de todo tipo de benefícios fiscais e econômicos. Também continuamos reféns dos interesses das multinacionais e dos países ricos e, por isso, o país se mantém atrasado e especializado em setores de baixo valor agregado.

Mesmo com Lula fazendo grande propaganda do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), prometendo bilhões em investimentos, o que estamos vendo é, na verdade, a entrega e cada vez maior domínio da economia brasileira pelas multinacionais, sejam elas dos EUA, da Europa ou China.

É PRECISO DERROTAR NOSSA BURGUESIA SUBMISSA E O IMPERIALISMO SANGUESSUGA

A burguesia brasileira é associada à burguesia internacional e não tem nenhum interesse em mudar sua posição de subalternidade. A burguesia



imperialista, por sua vez, ao investir no país, não faz isso nas áreas de pontas, nem transferindo tecnologia ou contribuindo para o real desenvolvimento para o Brasil para ascender no cenário internacional.

Pelo contrário, nos mantém submissos, como importadores e consumidores de tecnologia, e dependentes das matrizes de suas empresas. E ao menor sinal de crise, ou ao bel prazer de suas empresas, depois de extraírem bilhões em riquezas do

povo, saem daqui sem que fique nada de desenvolvimento no país, como foi no caso da Ford.

Por isso que é fundamental a reestatização das empresas privatizadas. Mas, também, não há desenvolvimento no país que não passe pela expropriação dos grandes monopólios que dominam nossa economia. Não basta estatizar. Afinal, o Estado atual segue servindo aos interesses capitalistas.

Por isso, seria preciso também colocar estas empresas sob

controle dos trabalhadores. Assim seria possível termos serviços de melhor qualidade, muito mais baratos, com salários dignos para seus trabalhadores. E, principalmente, com os lucros gerados por essas empresas, que hoje vão para os acionistas e bolsos privados, podendo ser revertidos para o investimento nas necessidades do povo e do país.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3S2XZK1](https://bit.ly/3s2XZK1)**

ENCARCERAMENTO

Governo Lula avança na privatização dos presídios e transforma juventude negra em mercadoria

 **DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO**

No dia 6 de outubro, ocorreu o leilão para a privatização do Complexo Prisional de Erechim, no Rio Grande do Sul. Resultado de uma parceria entre o governo Eduardo Leite (PSDB) e o Governo Federal, a medida deve contar com R\$ 150 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção do presídio. Sua gestão ficará a cargo de uma empresa privada, através de uma concessão pública, com duração estimada de 30 anos, no modelo das Parcerias Público-Privada (PPPs).

A privatização do presídio ocorre após um decreto da Presidência, em abril deste ano, que dispõe sobre “incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais”, ampliando a medida para áreas como saneamento básico, Educação e “segurança pública e sistema prisional”.

MERCANTILIZAÇÃO, ENCARCERAMENTO EM MASSA E SUBMISSÃO AO TRABALHO FORÇADO

Uma nota técnica assinada por 86 entidades, dentre elas a Pastoral Carcerária, foi divulgada no dia 20 de setembro, alertando que a medida vai agravar ainda mais o encarceramento em massa, sobretudo da juventude negra, além de piorar as condições já precárias e sub-humanas do sistema prisional brasileiro.

A mercantilização do aprisionamento deve aprofundar uma situação que faz o Brasil figurar no pódio dos que mais encarceram: é o terceiro país com mais aprisionados, atrás somente dos EUA e da China, sendo que quase metade dos aprisionados são jovens, entre 18 e 29 anos (43,1%), e a grande maioria de pessoas negras (68,2%), segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023.

“A situação se agrava com os incentivos do Governo Federal para que empresas privadas absorvam a gestão prisional e a transformem em um mercado

lucrativo. Os contratos firmados com a iniciativa privada parecem querer favorecer o encarceramento em massa, com a aposição de cláusulas contratuais que exigem taxas mínimas de lotação das unidades prisionais, aliadas à remuneração da empresa por cada pessoa encarcerada, com a submissão dos corpos negros a trabalhos forçados e aumento das margens de lucro com a precarização ainda maior do sistema prisional”, avaliam as entidades.

Não é preciso nenhum exercício de futurologia para prever o que vai acontecer ao governo permitir que empresas e grupos privados captem recursos públicos, e no mercado financeiro, através de “debêntures incentivadas” (títulos de dívidas, transformados em empréstimos), com isenções de impostos, para a construção e gestão de presídios. E com o Governo Federal como fiador de estados e municípios.

E mais: com o repasse de recursos às empresas “por cabeça”. Quanto mais presos, mais dinheiro, e ainda tendo a possibilidade de explorar o trabalho dos encarcerados. Um verdadeiro sistema



de ganha-ganha, sem qualquer risco, a não ser para milhões de jovens negros da periferia que serão transformados em verdadeiras commodities para o lucro privado.

NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES DOS PRESÍDIOS E AO ENCARCERAMENTO EM MASSA

A população carcerária no Brasil sofreu uma verdadeira explosão durante os governos do PT. Segundo o “Mapa do encarceramento: os jovens no Brasil”, o número de presos aumentou 74% entre 2005 e 2012. Boa parte disso é reflexo da Lei de Drogas, de 2006, sancionada por Lula e que coloca na mão da polícia e dos juízes o es-

tabelecimento de critérios para se diferenciar o usuário do traficante. Resultado: branco de classe média é caracterizado como usuário; e preto da periferia, como traficante, mesmo se pego com porções mínimas de drogas.

Agora, ao invés de revogar esse absurdo, o governo do PT, atendendo aos interesses das empresas privadas, quer aprofundar ainda mais o encarceramento em massa, transformando essa tragédia social num mercado lucrativo às custas da liberdade e das vidas de jovens negros e pobres.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZRMXOQ](https://bit.ly/3ZRMXOQ)**

LUTA

Protesto marca leilão do primeiro presídio privado do governo Lula



Manifestação em frente à Bolsa de Valores protesta contra privatização de presídio do RS.

 **ISRAEL LUZ,
DE SÃO PAULO**

Diz muito sobre o sistema atual que o protesto do dia 6 de outubro contra a privatização do sistema prisional, convocado por vários movimentos sociais, sindicais e partidos, tenha tido a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) como cenário.

Nesse símbolo capitalista, o governo Lula-Alckmin e o governo tucano de Eduardo Leite entregaram a construção e gestão do futuro presídio de Erechim (RS) à Soluções – Serviços Terceirizados, uma empresa, com sede em São Paulo, que tem no histórico

ao menos uma punição, no Rio de Janeiro, por fornecer comida estragada para um presídio.

O BNDES emprestou R\$ 150 milhões para o governo gaúcho aportar às obras. E o governo petista é avalista do estado. Ou seja, paga às empresas privadas caso esse não possa.

Presídios privatizados não são novidade: já há cerca de 30 no país. Mas Alckmin assinou, no início de 2023, uma mudança na lei que facilita o crédito a interessados em Parcerias Público-Privadas no sistema prisional.

Isso significa tornar a vida da juventude periférica em mercadoria. É uma política racista, que se

soma ao enorme aparato genocida do Estado capitalista no Brasil. Não que os presídios públicos sejam alternativas. É preciso discutir, a fundo, que o sistema que prende em massa tem raízes nesta sociedade fundada na exploração e opressão.

Agora, é urgente seguir na construção de um campo de raça e classe independente. Somente sem as mãos amarradas aos governos de plantão é possível ser consequente nesta luta. Essa unidade, sim, interessa à classe trabalhadora e ao povo.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3FH5ALA](https://bit.ly/3FH5ALA)**

PALESTINA LIVRE!

A espada do opressor sionista e o pescoço palestino

 SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

Omundo está assistindo a mais um capítulo da limpeza étnica na contínua Nakba – catástrofe palestina, desde a formação do Estado racista de Israel, em 15 de maio de 1948.

Nos últimos dias, em meio a um novo massacre a Gaza, tem sido estarrecedoras a cumplicidade descarada de governos de todo o mundo e a propaganda ideológica protagonizada pela mídia nas mãos dos grandes capitalistas, igualando o colonizador e opressor Israel ao povo palestino oprimido, que vive submetido à colonização, ao apartheid, à limpeza étnica e ao genocídio.

Revestida da falácia de dois lados em guerra, a distorção da informação seria algo como acreditar em uma conversa “entre a espada e o pescoço”. A frase é do marxista palestino Ghasan Kanafani, em uma histórica entrevista a Richard Carleton, no ano de 1970, em Beirute, quando perguntado sobre possibilidade de negociações com o colonizador.

Assassinado dois anos depois por Israel na capital libanesa, aos 36 anos, seu legado é fundamental para se compreender que, diferentemente da desinformação a que estamos assistindo, não é uma guerra circunstancial ou pontual.

“Não é uma guerra civil, é um povo se defendendo contra um governo fascista. Não é uma guerra civil ou conflito, é um movimento de libertação lutando por justiça. (...) É um povo discriminado lutando por seus direitos. Isso é história”, enfatiza.



za o revolucionário Kanafani, ao refutar as perguntas e os argumentos capciosos do jornalista.

Na mesma entrevista, ele é categórico: “Nosso povo prefere morrer de pé. Nosso povo nunca poderá ser derrotado.” Esta é uma marca da resistência heroica e histórica palestina, que inspira a luta dos oprimidos e explorados em todo o mundo. Resistência que é existência em todos os aspectos da vida cotidiana e legítima sob todos os meios; não uma opção, em meio à contínua Nakba.

JUVENTUDE E MARTÍRIO

A resistência palestina, com a juventude à cabeça, diante de tamanho abandono e nada a perder, tem se organizado desde setembro de 2022 no que é denominado “Toca dos Leões” e voltou a se armar.

São jovens sem qualquer perspectiva, os chamados “Filhos de Oslo” (em referência à “paz dos cemitérios”, selada pelo acordo assinado em 1993, na capital da Noruega, leia abaixo), que estão indo para o martírio.



A repressão das forças de ocupação aumenta ao ritmo da ampliação da colonização. Há, hoje, 5.200 presos políticos palestinos, dentre os quais 170 crianças e 33 mulheres, submetidos a condições degradantes e torturas. Seu único crime é resistir.

Diante da surpreendente ação coordenada pelo Hamas, na manhã de 7 de outubro, que impôs uma derrota política a Israel ao escancarar que a quarta potência bélica do mundo não é invencível, mídia e governos de todo o mundo, inclusive Lula no Brasil, apressaram-se em condenar o que chamam de “ataques terroristas”.

LIMPEZA ÉTNICA

O morticínio e a violência brutal seguem. Somente neste ano, e antes de 7 de outubro, Israel já havia assassinado 270 palestinos, dentre os quais 65 crianças.

O campo de refugiados de Jenin (terceira maior cidade da Cisjordânia) foi invadido pelas forças de ocupação sionistas diversas vezes, desde o início de 2023 e nos anos anteriores, com dezenas de palestinos sendo massacrados, deixando um rastro de destruição e uma dramática situação na qual os refugiados têm sido obrigados a deixar, mais uma vez, suas casas e se deslocarem internamente.

Às centenas de ataques a palestinos em meio aos tenebrosos assentamentos coloniais que não param de se expandir e usurpar suas terras, somam-se os “checkpoints” (postos de controle militarizados, que cerceiam o direito

de ir e vir), o “Muro da Vergonha” (barreira de concreto que, iniciada em 2002, já cerca quase 800 Km dos territórios palestinos na Cisjordânia) e todo aparato do apartheid, além do fato de que Gaza já vinha sendo bombardeada a “conta-gotas”.

Na estreita faixa em que se espremem 340 km², seus 2,4 milhões de habitantes, a esmagadora maioria jovem e de famílias refugiadas da Nakba de 1948, a crise humanitária é dramática.

GAZA: PRISÃO A CÉU ABERTO

Com histórico aterrador de massacres massivos nos últimos 15 anos e cerco desumano israelense há 17 anos, Gaza foi transformada numa verdadeira prisão a céu aberto, na qual nada entra ou sai sem que Israel permita, metade das crianças tem quadro de desnutrição crônica, e um percentual semelhante das mulheres, anemia. Conforme dados da ONU, 80% dependem de ajuda humanitária, a pobreza alcança 81,5% da população e cerca de 50% estão desempregados – entre os jovens, esse índice salta para 64%.

No bloqueio desumano, contam com não mais do que quatro horas de energia elétrica por dia, 96% da água está contaminada, suas áreas agrícolas envenenadas por Israel e as milhas marítimas liberadas para pesca sendo reduzidas cada vez mais.

Um esmagamento em que palestinos são submetidos a morrer de fome ou devido à falta de infraestrutura para atendimento médico e ao impedimento de deixar o território para buscar os

tratamentos necessários. E, ainda, constantemente ameaçados por bombas sobre suas cabeças.

Ecoando o que comumente escrevem nas paredes e bradam – “Morte aos árabes” – e amplificando a violência que impõem rotineiramente e há décadas aos palestinos, os colonos sionistas, desde o início de 2023, vêm protagonizando pogroms (perseguições e violência deliberadas contra um grupo étnico ou religioso, legitimadas pelas autoridades locais) em aldeias palestinas como Huwara e Turmus Ayya, na Cisjordânia ocupada, que refletem a barbárie de um Estado assentado sobre os corpos e cadáveres de crianças, mulheres, homens e idosos palestinos. Nestes últimos dias, um colonante ateou fogo em uma criança palestina em Al Khalil (Hebron), na Cisjordânia ocupada.

COMUNIDADE INTERNACIONAL COM SANGUE NAS MÃOS

Mas, diante de todo este horror e barbárie, nenhum palestino foi procurado antes dos últimos acontecimentos. A “cegueira” e silêncio cúmplices de governos e da mídia explicitavam o porquê de os palestinos dizerem a todos que os visitam em terras ocupadas: “Conte ao mundo o que viu, porque a comunidade internacional nos abandonou.”

Jamais houve quem caracterizasse a violência histórica sionista como o terrorismo de Estado que realmente é. Apesar de inúmeras resoluções da ONU, condenando os crimes contra a humanidade, a impunidade tem sido a marca em relação a Israel. Em documento compilado entre julho de 2017 e novembro de 2021, a Anistia Internacional conclui: trata-se de um regime de apartheid em toda a Palestina, do rio ao mar.

O mesmo já havia sido afirmado pela ONG “Human Rights Watch” (Observatório dos Direitos Humanos), além da organização israelense de direitos humanos BT’Salem, dentre outras, em extensos e detalhados relatórios.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/46SVQF8](https://bit.ly/46SVQF8)**

NÃO É TERRORISMO

É resistência contra uma guerra diária promovida por Israel!

 SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

A pesar das diferenças políticas, é necessário refutar essa caracterização. O Hamas não é o Estado Islâmico ou a Al Qaeda, como quer associar Israel, inclusive esbanjando fake news. Na reunião do Conselho de Segurança da ONU que sucedeu os últimos acontecimentos, o embaixador de Israel, Gilad Erdan, chegou a dizer: “Este é o nosso 11 de setembro”, em referência aos ataques

SAIBA MAIS

Quem é o Hamas



Criado em 1987, o Hamas é uma organização que vem tentando, há muito tempo, sentar-se à mesa de negociações e ser aceito como interlocutor confiável do povo palestino. Para tanto, inclusive alterou, em 2006, sua Carta Fundacional, em que defendia uma Palestina islâmica e aceitou a “solução de dois estados”, como princípio de território a ser libertado.

A organização tem buscado dialogar com governos de todo o mundo. Sua busca é por garantir um Estado Palestino democrático burguês como qualquer outro – não socialista, como defendemos, após a libertação nacional da Palestina, do rio ao mar.

às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 2001.

A propaganda ideológica sionista busca colar a pecha de terrorismo, que também predomina nos meios de comunicação de massa, e que, inclusive, analistas apressados da esquerda vêm fazendo coro, mascarada ou diretamente. A frase famosa de Malcolm X cabe bem aqui: “Se você não tomar cuidado, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas e adorar as pessoas que estão oprimindo.”

“ Se você não tomar cuidado, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo.

MALCOLM X

HISTÓRIA

Como foi o início da tragédia palestina

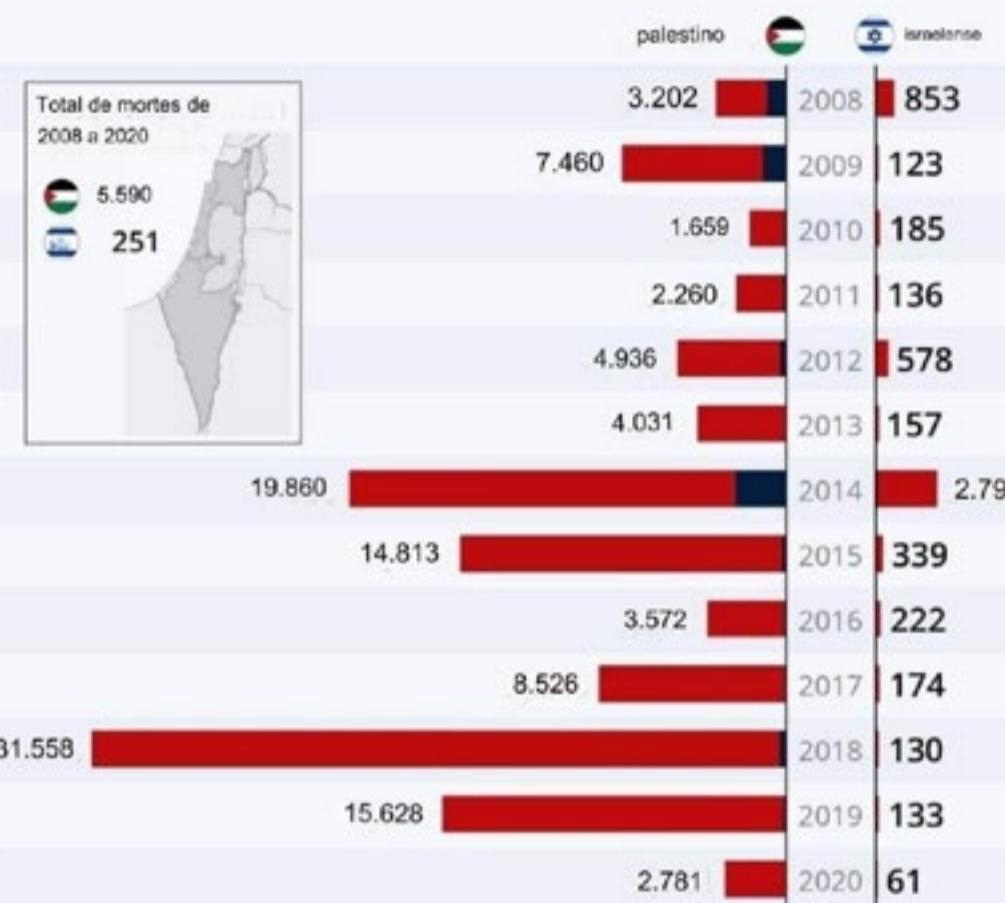


Israel cimenta poços de água dos Palestinos

A população palestina enfrenta a violência do colonizador, em aliança com o imperialismo de cada momento histórico – antes, a Grã-Bretan-

O Massacre de Israel contra os Palestinos

■ Mortes ■ Feridos



Fonte: Nações Unidas

A Nakba é um processo inaugurado a partir do surgimento do sionismo político moderno, ao final do século 19, e seu projeto colonial.

Ainda sob domínio do Império Turco-Otônico, a Palestina foi escolhida como destino para a colonização, no I Congresso Sionista da Basileia, realizado na Suíça, em 1897. A determinação era assegurar uma maioria de judeus em terras em que, até então, eram uma minoria palestina (apenas 6% em fins daquele período).

Para tanto, a ideia era promover a “transferência populacional”. Um eufemismo para

limpeza étnica, via ondas de imigração de judeus da Europa do Leste e Central para a Palestina, que realizariam o projeto de conquista da terra e do trabalho, o qual deveria ser exclusivo para estes.

Palestinos começaram, portanto, a ser expulsos já ao início do século 20. Os anos 1920 e 1930 foram marcados por sua resistência contra o mandato britânico, que ficou com o território como espólio entre as potências aliadas vencedoras da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e a colonização sionista sob suas bênçãos.



Entre 1936 e 1939, se deu uma revolução poderosa. Derrotada em função da atuação dos inimigos clássicos da causa palestina, revelados por Kanafani em "A revolta de 1936-1939 na Palestina" (Editora Sundermann) – imperialismo/sionismo, regimes árabes e burguesia reacionária árabe-palestina –, a população palestina ficou absolutamente vulnerável para o que

viria: a Nakba. Ao mesmo tempo, armas enviadas por Stálin via Tchecoslováquia garantiram que as gangues paramilitares sionistas fizessem os massacres de palestinos que se sucederam.

Ocupação, genocídio, apartheid e limpeza étnica

Em 29 de novembro de 1947, a primeira sessão especial da Assembleia Geral das

Nações Unidas (ONU) recomendou a partilha da Palestina em um Estado judeu e um árabe, com Jerusalém sob administração internacional.

Ali, começava a longa ficha corrida da cumplicidade brasileira com a colonização sionista. O diplomata brasileiro Osvaldo Aranha presidiu a sessão e votou favoravelmente à partilha, que delegava pouco mais de metade daquelas terras ao coloni-

zador, obviamente sem consulta aos habitantes nativos palestinos não-judeus.

A resolução de partilha foi o sinal verde esperado pelos sionistas, que haviam garantido cerca de 30% de judeus naquelas terras, após várias ondas de imigração. Doze dias depois, teve início a limpeza étnica planejada ainda ao início dos anos 1940.

O que selou o destino trágico dos palestinos foi o Plano Dalet, executado em seis meses no decorrer de 1948. O resultado foi que 800 mil palestinos foram expulsos e mais de 500 aldeias foram destruídas. Cerca de 15 mil palestinos foram chacinhados com requintes e crueldade.

Há casos documentados de genocídios em dezenas de aldeias, que serviram de propaganda para a expulsão dos palestinos em cidades e aldeias vizinhas. Um processo no qual o estupro de meninas e mulheres foi instrumental.

Assim, Israel, com a cumplicidade do mundo, se criava em 78% do território histórico da Palestina. Em 1967, ocupou militarmente os 22% restantes – Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Mais 350 mil palestinos se tornaram refugiados e 13 mil foram mortos.

Hoje, a sociedade palestina segue inteiramente fragmentada: são 13 milhões, sendo metade sob ocupação e apartheid (inclusive nas áreas ocupadas em 1948, onde há 65 leis racistas contra eles) e outra metade no refúgio/diáspora, impedida do direito legítimo de retorno as suas terras.

A INTIFADA BROTOU DO TERRITÓRIO ENSANGUENTADO

Os palestinos nunca param de resistir. Em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que poucos anos depois passaria a ser liderada por Yasser Arafat, foi criada. Muitas ações diretas e de guerrilha marcaram o período subsequente, na busca por libertação nacional e fim da colonização sionista.

Muitos protestos e massacres marcam a história recente da palestina, como Sabra e Chatila, pelos falangistas no Líbano, com auxílio de Israel e Estados Unidos, em setembro de 1982, e outros.

Em 1987, a poderosa Intifada (levante popular) das "pedras contra tanques" foi deflagrada e, para encerrar esse processo, iniciaram-se negociações secretas entre a OLP e Israel, sob intermediação dos Estados Unidos.

ARMADILHA

A falência dos acordos de Oslo



Em 1993, em Oslo, Noruega, Yitzhak Rabin, na época primeiro-ministro de Israel e Yasser Arafat, então líder da OLP, assinaram sob mediação dos EUA os "acordos de paz de Oslo".

O resultado final foi a assinatura dos acordos de Oslo, em 13 de setembro de 1993, uma verdadeira "paz dos cemitérios". A OLP, que em sua Carta Fundacional – reeditada em 1968, para incluir os territórios ocupados um ano antes – declarava o objetivo de libertar toda a Palestina histórica, do rio ao mar, reconhecia o Estado de Israel e se rendia à já morta "solução de dois estados", através da criação de um Estado Palestino em apenas 22% do território: Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Esta é a "solução" que seguem a apregoar a ONU e governos de todo o mundo, injusta desde sempre e absolutamente inviabilizada pela expansão colonial agressiva contínua sionista.

A cena espetacular, na foto em frente à Casa Branca, do aperto de mãos, há 30 anos, entre Arafat e o então primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, sob intermediação do imperialismo estadunidense, na figura do presidente Bill Clinton, vendida para todo o

mundo como "paz" gradual, marcava mais um capítulo da contínua Nakba.

A PAZ DOS CEMITÉRIOS

A partir de Oslo, com a ajuda do capataz que esses acordos criavam (a Autoridade Palestina, ou AP), sem nenhuma autonomia, com dependência econômica integral e cooperação de segurança com Israel, a Cisjordânia foi dividida, a princípio, em áreas A, B e C (estas últimas representando mais de 60%, sob controle militar total israelense).

Organizações palestinas na diáspora foram fechadas e enfraquecidas, esvaziando-se o movimento de solidariedade. Qualquer resistência que surgisse em território ocupado era reprimida pela AP nas áreas que passou a administrar, encarcerada por esta ou entregue a Israel para compor sua longa lis-

ta de presos políticos, entre os quais mulheres e crianças.

Não à toa o intelectual palestino Edward Said denominou Oslo como subserviência e servilismo, em suas palavras, o "Tratado de Versalhes" da causa palestina.

O descontentamento com a contínua ocupação se represaria em uma segunda Intifada, após provocação do carniceiro Ariel Sharon, na Mesquita de Al-Aqsa (em Jerusalém), em 28 de setembro de 2000. Esta durou até 2005. Neste ano, Israel decidiu retirar 8 mil colonos da faixa de Gaza. O cenário para o que viria a seguir estava armado.

O SUPLÍCIO DE GAZA

Em 2006, o partido político de orientação islâmica Hamas ganhou as eleições legislativas na Palestina ocupada, mas Israel e Estados Unidos não aceitaram o resultado democráti-

co. Um cerco desumano foi imposto pela ocupação sionista e, na sequência, se iniciaram os bombardeios a "conta-gotas" ou massivos, como os que foram vistos em 2008-2009, 2012, 2014, 2021 e agora, em 2023.

Em 2018, os palestinos de Gaza protagonizaram a "Grande Marcha do Retorno", reprimida violentamente por Israel. "Snipers" (atiradores de elite) dispararam contra o povo e deixaram 189 mortos, dentre os quais 35 crianças, profissionais da Saúde, que tentavam socorrer os feridos, e jornalistas com coletes de imprensa, além de mais de 20 mil feridos.

O pretexto, como sempre, é que Israel está se defendendo, como "civilização contra a barbárie". Nada mais falso. É o agressor, o colonizador, o ocupante.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/48T13L6](https://bit.ly/48T13L6)

POSTURA

O governo Lula diante do apartheid

SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

Israel teve um declínio em sua economia de 60% e enfrenta uma crise interna, política e econômica; além de uma crise mundial do sionismo. Não obstante, suas mãos sujas de sangue seguem sendo apertadas por

governos mundo afora, inclusive em acordos militares.

O Brasil não está na contramão disso. Lamentavelmente, durante os primeiros governos Lula e Dilma, nosso país se tornou o quinto maior importador de tecnologia militar israelense. Os governos estaduais seguem essa mesma toada. São ar-

mas testadas sobre as verdadeiras cobaias humanas nas quais Israel converte os palestinos todos os dias, que, depois, servem ao genocídio pobre e negro e ao extermínio indígena.

Agora, ao retornar ao governo, Lula mantém a retórica de “país amigo dos palestinos”, o que foi interrompido quando o genocida Bolsonaro assumiu a cadeira do Planalto, em sua propaganda ideológica sionista, aberta e descarada.

EXIGÊNCIA PELO BOICOTE

Desde então, movimentos sociais e populares vêm pleiteando que o governo ouça os palestinos. Desde 2005, quando se iniciou o movimento “Boicote, desinvestimento e sanções” (BDS) a Israel, estes movimentos reivindicam o reconhecimento do apartheid sionista e a ruptura de acordos, a se iniciar com em-



Lula: “reafirmo meu repúdio ao terrorismo em qualquer de suas formas”

bargo militar imediato.

A referência é a campanha internacional de solidariedade que ajudou a pôr fim ao apartheid na África do Sul, nos anos 1990. Mas, até agora, os ouvidos estão moucos. A diplomacia tradicional e pragmática brasileira retomou, desde que Lula assumiu seu terceiro manda-

to como presidente, a defesa da “solução de dois estados”.

Desde então, vem emitindo notas condenando ataques de Israel, mas na perspectiva de “ambos os lados”, que devem se ater de cometer atos de violência e negociar. Ou seja, coloca um revoltante sinal de igual entre oprimido e opressor.



Bolsonaro, o amigão de Israel

JÁ BASTA!

Uma luta anticolonial

Além de apontar o dedo para o único responsável – o Estado de Israel, sua brutal violência histórica e representação atual, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e companhia –, é imprescindível localizar que a revolta palestina se trata de uma luta anticolonial, por libertação nacional, que tem à frente uma resistência heroica e histórica que segue a inspi-

rar oprimidos e explorados em todo o mundo.

Enquanto isso, os bombardeios a Gaza seguem a todo vapor, sob declarações racistas como a do ministro da Defesa de Israel, Yoav Galant, que disse, abertamente, que estava lidando com animais, e que é assim que deveriam ser tratados os 2,4 milhões de palestinos em Gaza.

Já são mais de mil mortos, dentre os quais 10% são crianças. Os palestinos, mais uma vez, não sabem se morrerão de fome ou por bombas. Urge, neste momento, compreender o que Malcolm X ensina: “Não se pode confundir a reação do oprimido com a violência do opressor.” O grito palestino hoje é “Basta é basta!”



PROGRAMA

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RRNHLG](https://bit.ly/3RRNHLG)

Por uma Palestina laica, democrática e não racista



DA REDAÇÃO

O movimento operário internacional deve rejeitar impiedosamente as ações do imperialismo e dos governos subservientes em apoio a Israel nos massacres contra os palestinos. Devemos realizar grandes manifestações de apoio à Palestina para demonstrar que milhares de pessoas não concordam com o apartheid e o genocídio promovidos por Israel.

Devido à sua própria essência, Israel só pode subsistir como um Estado racista, repressor, genocida e em base à permanente agressão militar. Por isso, a paz só virá com a destruição do Estado racista de Israel e o estabelecimento de uma sociedade democrática e livre na Palestina, aberta a todos os palestinos – muçulmanos, cristãos e judeus.

Essa é a bandeira da Palestina laica, democrática e não racista, que sintetiza uma das principais tarefas da revolução socialista na região. Liberte a Palestina do rio ao mar! Viva a heroica resistência do povo palestino!

REPRESSÃO

PM prende arbitrariamente ativistas em greve na Embraer

Após mobilização de entidades sindicais e movimentos populares, ativistas foram libertados 24 horas depois da prisão.

 DA REDAÇÃO

No dia 3 de outubro, os trabalhadores e trabalhadoras da Embraer, em São José dos Campos (SP), exercendo um direito legítimo, aprovaram greve por aumento de salário e manutenção de direitos.

Se já não fosse absurdo bastante que uma empresa que, hoje, assina contratos bilionários, numa das áreas de mais alta tecnologia da indústria no país, ameaçar cortar direitos dos trabalhadores; agora, ela não quer permitir que seja exercido sequer o direito de se manifestar e reclamar desta situação.

Como prova disto, a direção da Embraer recorreu à polícia do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deslocou dez viaturas para a portaria da empresa.

No momento da votação, os policiais agrediram e detiveram de forma arbitraria um dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, José Dantas Sobrinho, e o ativista do movimento Luta Popular, Ederlan- do Carlos da Silva, que foram levados à delegacia da Polícia Federal, no centro da cidade, sendo mantidos por mais de uma hora no camburão das viaturas, no estacionamento da guarnição.

Segundo consta, os ativistas detidos estariam sendo enquadrados pela Polícia Federal na Lei das Organizações Criminosas, aprovada em 2013, pelo governo Dilma.

LIBERTAÇÃO

Depois de permanecerem mais de 24 horas detidos arbitrariamente, os ativistas José Dantas Sobrinho e Ederlan- do

Carlos dos Santos foram soltos, por decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Dantas e Ederlan- do deixaram o Centro de Detenção Provisória do Putim, em São José dos Campos, às 18 horas. Eles

estavam presos, à espera da audiência de custódia, que aconteceria, a princípio, na Justiça Federal, e, posteriormente, foi transferida para a Justiça Estadual. A audiência, entretanto, não chegou a acontecer.

Em sua decisão, o juiz considera que não há sinal de que os autuados são pessoas perigosas e que não houve a audiência de custódia dentro do prazo previsto em lei (24 horas após a detenção).



Dantas, diretor do sindicato, ficou por mais de 1h no camburão da PM.

VITÓRIA DA MOBILIZAÇÃO

Repudiar a conduta antissindical de Tarcísio e da Embraer



Ativistas soltos depois de 24h no presídio

A prisão de Dantas, diretor do sindicato, e Ederlan- do, do Luta Popular, foi resultado da política repressiva do

governo de São Paulo e da direção da Embraer, que agiram para coibir a deflagração de uma greve pela campanha

salarial da categoria.

Os dois ativistas foram presos sob alegação de “atentado contra a liberdade de trabalho”. Uma interpretação autoritária, que contraria o direito constitucional à greve e à organização sindical.

A prisão arbitraria e o apoio à libertação dos companheiros mobilizaram sindicatos, movimentos populares e, inclusive, internacionais, como membros da UAW norte-americana, que representa os trabalhadores das empresas automobilísticas e, atualmente, dirige a greve da Ford, da GM e da Stellantis (antiga Chrysler), e de várias entidades que in-

tegram, ao redor do mundo, a Rede Sindical International de Solidariedade e Lutas.

Horas antes da soltura, um ato político reuniu cerca de 150 dirigentes sindicais na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Todos exigido a libertação imediata dos ativistas.

LUTAR NÃO É CRIME! É UM DIREITO!

Apesar da libertação, o Sindicato e a CSP-Conlutas darão continuidade à campanha para que não haja nenhum tipo de penalização judicial aos ativistas. Também permanece a campanha contra a criminalização da luta

da classe trabalhadora.

“Dantas e Ederlan- do agiram em favor dos trabalhadores, que estavam sendo intimidados pela Polícia Militar, durante a assembleia que levaria à paralisação da produção na fábrica. Este foi um grave episódio repudiado por todo movimento sindical e que mostrou que temos que lutar constantemente pelo direito constitucional à livre manifestação. Mesmo com essa conduta antissindical, a Embraer não vai nos calar”, afirma o presidente do Sindicato, Weller Gonçalves.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RXRGRO](https://bit.ly/3RXRGRO)**

3 DE OUTUBRO

Lições da greve que paralisou a cidade de São Paulo contra as privatizações



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

No dia 3 de outubro, a greve unificada dos trabalhadores e trabalhadoras do Metrô, da CPTM (trens) e da Sabesp (água e esgoto) parou a cidade de São Paulo. A mobilização foi uma resposta ao plano de privatização desses serviços pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos). O movimento ficou ainda mais forte com a unidade construída com os estudantes da Universidade de São Paulo (USP), que estão em greve desde o dia 18 (ver página 16).

A paralisação destes setores se integrou ao Dia Nacional de Luta em Defesa das Estatais e dos Serviços Públicos e, em São Paulo, foi construída a partir de uma campanha unitária, que envolve a realização de um plebiscito popular contra as privatizações para discutir e organizar, pela base, a resistência da população trabalhadora, nos bairros, escolas e nos locais de trabalho.

A greve obrigou o governador a decretar ponto facultativo, cancelar atendimentos em órgãos públicos e suspender as aulas. Tarcísio de Freitas buscou, ainda, criminalizar a greve, com a ajuda da imprensa e do Judiciário.

O governador bolsonarista agitou que “a greve era política” e não por reajuste salarial,



Piquete no metrô Itaquera

por isso, seria uma greve ilegal. Mas, toda greve é política; como também é política a ação do governador de privatizar empresas públicas, sem consultar a população e os trabalhadores dessas empresas.

A CONCILIAÇÃO DE CLASSES É UM OBSTÁCULO NA LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Tarcísio também queria dizer que greve tinha motivos eleitorais, buscando fortalecer o candidato de direita que ele vai apoiar, e, ao mesmo tempo, polemizar com Guilherme Boulos, do PSOL, que é pré-candidato por uma Frente Ampla, com apoio do PT e setores da burguesia, como o de Lula.

Não! Os trabalhadores não estão contra as privatizações

por motivos eleitorais. Inclusive, também estão contra as privatizações de Lula, como nos metrôs de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Embora, infelizmente, uma parte da direção do movimento, inclusive a direção majoritária do PSOL, não queira enfrentar as privatizações do governo federal e dos governos estaduais do PT, como é necessário.

Na população, Tarcísio não ganhou pontos com esse discurso mentiroso. Mas ele queria unir o “mercado” em torno a si, sendo firme na postura pró-privatização. E Boulos, também tentando agradar o “mercado” e levar adiante sua política de aliança com a burguesia, se esquivou em dar apoio explícito à greve e à luta contra as privatizações.

Enquanto Tarcísio, como bom bolsonarista, defendia as privatizações, com apoio de toda mídia e da burguesia, Boulos não se posicionou a favor dos grevistas e muito menos contra as privatizações. Nas redes sociais, se limitou a cobrar do governador mais diálogo com os grevistas. Essa postura do pré-candidato do PSOL tem como objetivo não passar uma imagem de “radical” e, sim, de compromisso com a burguesia.

A MAIORIA DA POPULAÇÃO APOIOU A GREVE

Tarcísio e a imprensa tentaram jogar a população contra a greve, mas não funcionou. As trabalhadoras e trabalhadores, assim como a juventude, que usam o metrô e o trens, sabem o sufoco que tem que encarar diariamente. Assim como também sentem no bolso o preço alto da tarifa por serviços que deveriam ser muitíssimo melhores.

A privatização foi defendida por Tarcísio como modelo de qualidade, inclusive na coletiva de imprensa na qual criminalizou a greve e chegou a afirmar que apenas as linhas privadas estariam operando, o que, segundo ele, demonstrava a eficiência da privatização.

Mas a realidade falou mais alto e, logo em seguida, a Linha 9 - Esmeralda teve uma falha no sistema elétrico, paralisando o serviço até o dia seguinte e criando um caos que enfure-

ceu os usuários. A linha, que é operada pela empresa Via Mobilidade, foi a que apresentou o maior número de falhas este ano, dentre todas as linhas: 23 panes ou problemas.

Desde janeiro de 2023, as quatro linhas de trem e metrô operadas pela iniciativa privada na capital paulista registraram 42 falhas.

— Linha 4-Amarela, da Via Quatro: 5 falhas;

— Linha 5-Lilás, da ViaMobilidade: 7 falhas;

— Linha 8-Diamante, da Via Mobilidade: 7 falhas;

— Linha 9-Esmeralda, da Via Mobilidade: 23 falhas.

ESTENDER A LUTA PARA TODO O BRASIL

O exemplo de campanha, luta e de unidade de ação contra as privatizações construídas em São Paulo, bem como a iniciativa do plebiscito, deve ser estendido para os demais estados.

Uma necessidade imposta pelo fato de que a política de privatizações é parte do projeto de recolonização do Brasil e, hoje, é executado por todos os governos estaduais, sejam os de direita ou aqueles que se dizem de esquerda, a exemplo do governo do PT na Bahia. E no marco dessa unificação, é preciso também se enfrentar com as privatizações e as Parcerias Públíco-Privadas (PPPs) do governo Lula.

PANORAMA

A greve foi forte nos quatro cantos da maior metrópole do país

Ainda era madrugada quando os trabalhadores do Metrô e dos trens iniciaram os piquetes da greve, que contou com 100% de adesão dos trabalhadores e trabalhadoras. Todas as linhas de metrô e trens estatais foram paralisadas. Concentrações de trabalhadores das categorias em

greve e de ativistas solidários à luta foram realizadas em vários pontos da cidade:

ESTAÇÃO JABAQUARA

Localizada no início da Linha 1 - Azul, a Estação Jabaquara é uma das mais importantes e foi 100% paralisada. Além da categoria, um forte

piquete foi realizado e contou com a participação de ativistas dos movimentos sociais.

“No piquete realizamos um diálogo com a população, para explicar os motivos da greve, pontuar a necessidade de barrar a privatização do Metrô e a piora dos serviços, como ocorre nas linhas pri-

vadas, que hoje são uma desgraça”, disse Altino Prazeres, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

Presente no piquete, junto com outros militantes do PSTU e ativistas da CSP-Conlutas, Vera (ex-candidata à presidência da República) destacou a importância da greve:

“A greve mostrou a força das categorias em luta e da população, que entende que a privatização vai aumentar os preços e piorar os serviços. Foi assim com outros serviços que foram privatizados, como a energia elétrica. Não podemos aceitar que isso aconteça com água, o trem e o metrô”.

ESTAÇÃO ITAQUERA

Trabalhadores do Metrô e das ferrovias se uniram no pátio da Estação Itaquera (Linha 2 – Vermelha) e receberam o apoio de ativistas da Zona Leste. “Vemos apoiar a greve, trazer a nossa solidariedade em nome do PSTU da Zona Leste e do Quilombo das Rosas à essa heroica greve contra as privatizações de Tarcísio”, afirmou a professora Veruska Tenório.

Camilo Martin, diretor do Sindicato dos Metroviários e militante do PSTU, agradeceu ao apoio dos movimentos sociais e ressaltou a força e a importância da paralisação. “Só a classe trabalhadora sabe o que é necessário do serviço público. Por isso, a greve é para defender o que é nosso. O serviço público precisa melhorar. Privatização é destruição total dos serviços públicos”, destacou Camilo.

ESTAÇÃO GRAJAU

Na Zona Sul, o movimento Luta Popular, filiado à CSP-Conlutas, e os moradores da Ocupação Jardim da União realizam uma agitação, com distribuição de panfletos à população. “É importante esse diálogo com a população para mostrar que a privatização vai levar à piora dos serviços. Que o objetivo do governador é garantir o lucro dos empresários. Ele não está preocupado com a vida do povo”, disse Silvana Garcia, moradora do Jardim da União e militante do PSTU.



Greve no metrô Jabaquara

ATO USP E SABESP

“Unificou! É estudante junto com trabalhador”



Em greve, os estudantes da USP saíram em caminhada do portão 1 da universidade até a sede Sabesp, também em greve. Centenas de estudantes chegaram entoando a palavra de or-

dem: “Unificou! Unificou! É estudante junto com trabalhador”.

“É um exemplo de luta, essa unidade entre estudantes e trabalhadores. Nós estudantes estamos lutando contra um projeto de desmonte da universidade pública. Hoje, estamos, aqui, unidos com os trabalhadores do transporte e da Sabesp. Juntos estamos apontando um caminho para o conjunto da classe trabalhadora brasileira”, disse a

estudante Mandi Coelho, do Coletivo Rebeldia e diretora do Centro Acadêmico de Letras da USP.

A professora Flávia, coordenadora da Apeoesp-Subse de Lapa, destacou a luta contra os ataques que Tarcísio faz na Educação pública e cobrou de Lula a revogação do Novo Ensino Médio (NEM). “Temos que unir todas as categorias contra os ataques de Tarcísio que tem um projeto de desmonte e priva-

tização dos serviços públicos. A Educação vem sendo fortemente golpeada. Esse ataque conta com a ajuda do governo Lula, que não revoga o projeto neoliberal do NEM. Dia 20, vamos paralisar a Educação em São Paulo. Era para termos unificado no dia 3, mas a direção majoritária da Apeoesp, ligada ao PT, tem feito de tudo para impedir a unidade”, denunciou Flávia, também militante do PSTU.

ENTREVISTA

“Foi uma greve vitoriosa, forte, em unidade de três setores que prestam serviços essenciais à população

O Opinião Socialista conversou com Narciso Soares, vice-presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e militante do PSTU, sobre a greve unificada do dia 3; os próximos passos da luta; e sobre o plebiscito popular que está sendo realizado em todo o estado de São Paulo.

No último dia 3, a cidade de São Paulo parou com a greve unificada do Metrô, dos trens e do serviço de água, esgoto e saneamento. Qual a avaliação que você faz da greve?

Foi uma greve vitoriosa, forte, em unidade de três setores que prestam serviços essenciais à população – metrô, trem e água –, que conseguiu pautar o tema das privatizações em nível nacional e discutir qual projeto precisamos para o país. O governador quer um projeto voltado para os grandes bilionários, garan-

tindo seus lucros, mesmo que isso signifique um prejuízo à população. Nós, um projeto onde esses serviços devam estar voltados para atender às necessidades da população, com melhor qualidade e com o controle dos trabalhadores e dos usuários. Isso obrigou o governador entrar na discussão, já que ele queria privatizar sem que houvesse barulho algum.

O governador bolsonarista Tarcísio de Freitas tentou criminalizar a greve, com a ajuda da Justiça e da imprensa. Como foi esse embate também com o governador e seus aliados?

O governador buscou criminalizar a greve chamando-a de ilegal. Também buscou criminalizar a greve dos operários da Embraer, no mesmo dia, fazendo uso da força policial e prendendo dois ativistas. Eles sempre adotam

esses métodos. Fizeram isso nas nossas greves de 2013 e de 2014, e repetem agora. A resposta das categorias foi seguir com a greve, com força total e com o apoio da população, o que nos deu muita garra e impediu que o governo avançasse na política de criminalização do movimento.

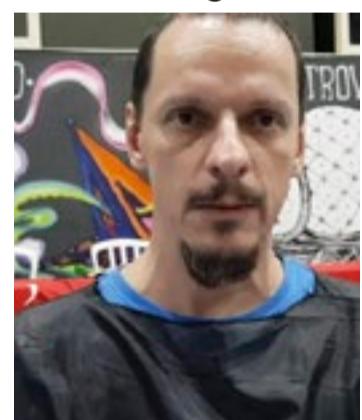
Tarcísio diz que vai seguir com a política de privatizações. Qual será a resposta do movimento? Tem um calendário de lutas?

Ele diz que vai seguir com esse plano de privatizações, pois tem que atender aos seus aliados empresários, para quem ele governa, a exemplo dos grupos CCR e Ruas. O primeiro já pegou ferrovias, estradas e aeroportos, e tem por trás grandes empreiteiras, todas elas famosas por escândalos de corrupção. O Ruas domina as garagens de ônibus, através de uma grande má-

fia nos transportes. Mas isso que acontece em São Paulo é um projeto que está sendo implementado em todo o país, inclusive pelo governo Lula (PT), que vem avançando nas privatizações. Foi ele que assinou a privatização do Metrô de Belo Horizonte, segue com a privatização dos metrôs do Recife e de Porto Alegre. E foi a Lei das PPPs, assinada por Lula em seu primeiro governo, que facilitou esse processo de privatizações. É preciso seguir com as lutas, construir novas mobilizações e greves e unir com as demais categorias em luta.

A campanha contra as privatizações também conta com a realização de um plebiscito popular. Como está a realização do plebiscito?

Tem sido uma mobilização importante, que possibilita abrir discussões nas diversas categorias de trabalhadores,



nas escolas e nas comunidades. A receptividade tem sido muito boa, já distribuímos mais de 1.500 urnas. A campanha, além de debater com a população que os serviços públicos não devem ser privatizados, lança o desafio ao governador pela realização de um plebiscito oficial, para que a população opine sobre o tema. Quem tem que decidir é a população que depende destes serviços.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/45RGOKO](https://bit.ly/45RGOKO)**

3 DE OUTUBRO

A jornada de lutas pelo Brasil

Greve na Embraer, ato no Rio de Janeiro em defesa da Petrobras e mobilizações de servidores públicos em diversos estados deram o tom nacional do dia 3.

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

Os operários das três maiores montadoras dos Estados Unidos – GM, Ford e Stellantis – estão em greve há seis dias. Pela primeira vez na história, o United Auto Workers – UAW (Sindicato dos Trabalhadores Automotivos, em tradução literal) realiza uma paralisação simultânea nas três fábricas. Nessa semana, mais 5 mil operários aderiram à greve.

Além da forte e vitoriosa greve unificada dos trabalhadores, na cidade de São Paulo, dos sistemas de metrô e trens e dos serviços de água e esgoto, aos quais se juntaram os estudantes da USP, outras greves e mobilizações aconteceram no dia 3 de outubro em vários lugares do Brasil, dando o tom de um dia nacional de lutas contra as privatizações, em defesa das estatais e dos serviços públicos.

REGIÃO NORTE

No Pará, foram realizados atos públicos em Belém. Pela manhã, houve um ato em frente ao prédio da Receita Federal, organizado pelos servidores públicos que estão na luta contra a Reforma Administrativa, por reajuste salarial e em defesa dos serviços públicos. À tarde, foi realizado um ato em frente à sede da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), no bairro de São Brás, contra a privatização da estatal pelo governador Helder Barbalho (MDB).

Em Macapá, capital do Amapá, aconteceu um ato unitário dos servidores públicos municipais, estaduais e federais, na Assembleia Legislativa, contra

a Reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos.

No Amazonas, os estudantes do Coletivo Rebeldia realizaram panfletagem na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus.

REGIÃO NORDESTE

Em São Luís, capital do Maranhão, protestos foram realizados nas universidades estadual e federal e, também, no Instituto Federal, no campus Monte Castelo.

No Piauí, protestos foram realizados nas universidades federal e estadual, e no Instituto Federal. Os servidores públicos municipais de Teresina, em greve, também protestaram.



Recife

No Ceará, aconteceu um ato unificado dos servidores públicos, na Praça da Bandeira, no centro de Fortaleza, contra a PEC 32, que regulamenta a Reforma Administrativa, e os demais ataques a estes setores.

Em Pernambuco, a mobilização unificada entre servidores públicos federais e estudantes aconteceu na Universidade Federal, em Recife.

Na Bahia, também teve unidade entre os estudantes e servidores públicos de diversas categorias, em um ato público realizado em frente à reitoria da universidade federal, em Salvador.



São Luís



Brasília

SUDESTE



Belo Horizonte

No Rio de Janeiro, um grande ato público ocupou as ruas da capital fluminense. O ato, realizado no dia em que a Petrobrás completava 70 anos, tinha como pauta central a luta contra as privatizações e pela reestatização das empresas estatais privatizadas, como a Eletrobrás. O grito em defesa da Petrobrás 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores, ganhou destaque. Os servidores públicos participaram do ato e levantaram



Rio de Janeiro



Belém



Teresina



Porto Alegre

a bandeira em defesa dos serviços públicos e contra a Reforma Administrativa. A juventude universitária pautou a luta em defesa da Educação pública e destacou a greve dos estudantes da USP.

Em São Paulo, aconteceram atividades dos servidores públicos federais na capital e na cidade de Araraquara, em defesa dos serviços públicos. Em São José dos Campos, os operários da Embraer realizaram greve por reajuste salarial e por mais direitos. A greve foi violentamente reprimida pela polícia e dois ativistas foram arbitrariamente presos (veja na página 5).

Em Minas Gerais, entidades sindicais e movimentos sociais de Belo Horizonte realizaram um ato público na Praça Sete, em defesa dos serviços públicos e contra as privatizações de Lula (PT) e do governador Zema (Novo).

SUL

No Rio Grande do Sul, os metrôviários realizaram um café da manhã para dialogar com os usuários do modal (nome dado ao sistema de transporte local). O metrô da capital gaúcha está na lista de privatizações do governo Lula (PT). O objetivo do café foi dialogar e chamar a população a defender um Metrô 100% público e estatal, sob o controle dos trabalhadores.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3MOEHMX](https://bit.ly/3MOEHMX)

SECA NA AMAZÔNIA

Manaus sufocada em fumaça

Nesta quarta-feira, 11 de outubro, Manaus acordou coberta de fumaça. Mais uma vez, a qualidade do ar é considerada perigosa e a segunda pior do mundo, de acordo com o painel de monitoramento World's Air Pollution (algo como "Poluição Atmosférica Mundial"). Segundo a Defesa Civil do Amazonas, entre 12 de julho e 9 de outubro, mais de 2 mil focos de incêndio foram combatidos.

O governo de Wilson Lima (União Brasil) e o prefeito David Almeida (Avante) assistem de camarote quilômetros de florestas em chamas e rios cada vez mais secos, enquanto os trabalhadores sofrem com o ar poluído e o desabastecimento.

A região enfrenta uma das piores estiagens da história. A seca tem provocado o fenômeno do desbarrancamento, que tem feito vilas inteiras desa-

parecer, como Vila do Arumã, em Beruri (a 178 quilômetros de Manaus).

A nova realidade colocada para a região é assombrosa: calor absurdo batendo o recorde dos últimos 30 anos, com sensação térmica de 49°C, seca e crise de abastecimento, ar poluído e venenoso e muitos desastres ambientais.

Eventos climáticos extremos deveriam ocorrer de forma esporádica, a cada 100 anos, dizem os cientistas. Mas, na Amazônia, nos últimos 10 anos, foram registradas três grandes cheias (2009, 2012 e 2015) e três grandes secas (2005, 2010 e 2016). Em outras palavras, pesquisadores se preocupam com a imprevisibilidade do clima na região. E, para piorar, nas cheias ou nas secas, a fome e a necessidade de deslocamentos populacionais têm se tornado problemas cada vez mais graves.



O fenômeno está sendo intensificado pelas mudanças climáticas. A sanha por lucro do capital é insaciável e só vai parar quando levar a humanidade à barbárie. O agronegócio, mineradoras,

madeireiras e todos aqueles que veem nos recursos naturais somente um meio para ampliar seus bilhões, precisam ser parados ou seremos arrastados para uma morte lenta e dolorosa.

Enquanto isso, a Amazônia se aproxima rapidamente de um ponto de não-retorno que terá efeitos catastróficos para o Brasil, a América do Sul e o resto do mundo.

LGBTIFOBIA

Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas LGBTI+



No dia 10, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou, por 12 votos a favor e 5 contrários, um projeto cujo intuito é proibir o casamento

entre "pessoas do mesmo sexo" ou as "relações homoafetivas".

Após aprovação, o texto seguirá, ainda, para as comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Se for aprovado, então segue votação no Senado.

Apesar de ser um direito regulamentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2011, o reconhecimento das uniões entre pessoas LGBTI+,

como entidade familiar, está sendo ameaçado em função de uma manobra do deputado Pastor Eurico (PL-PE), que ressuscitou um projeto de lei de 2007, inverteu seu conteúdo, e apresentou um relatório que impõe que o casamento só pode ocorrer entre "um homem e uma mulher".

Agora, o fundamentalista e reacionário Pastor Eurico, defende que cabe ao Poder Legislativo, e não ao STF, deliberar sobre o assunto. Uma possibilidade que, diga-se de passagem, só existe porque todos os governos, inclusive os petistas, em função de acordos com as bancadas conservadoras e religiosas do Congresso, engavetaram sistematicamente projetos em defesa dos direitos LGBTI+.

Além disso, o texto permite que instituições religiosas pratiquem impunemente a LGBTIfobia, ao estabelecer que o poder público e a legislação

civil não podem interferir nos critérios e requisitos dos rituais religiosos.

Em 23 de setembro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já havia publicado um parecer em que considera o relatório discriminatório e inconstitucional. Algo inegável. O projeto não somente discrimina casais homoafetivos (hoje, existem cerca de 80 mil pelo menos casais LGBTI+ reconhecidos legalmente) e retira direitos fundamentais, como implicará em ainda mais violência LGBTfóbica num país campeão nos índices de violência contra este segmento.

É preciso a mobilização imediata de todos os movimentos de luta contra as opressões e entidades de trabalhadores para barrar esse ataque anti-democrático e LGBTIfóbico. É preciso se mobilizar com independência de classe e derrubar esse projeto.

ENTREVISTA

Unificar o movimento estudantil de todo o país, por permanência e em defesa das universidades públicas!

 MANDI COELHO E MARCOS K, DO REBELLIA

Nas últimas semanas, o movimento estudantil de todo o país protagonizou verdadeiros levantes. Na USP, os estudantes construíram talvez a maior greve de sua história. Também em São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) está em greve desde semana passada. O mesmo na Bahia, onde há uma greve estudantil na Federal de Feira de Santana (UEFES). E na Federal do Maranhão (UFMA) a reitoria está ocupada por estudantes, já há mais de duas semanas.

As lutas ocorrem todas por motivos parecidos. Anos e anos de ataques às universidades públicas levaram a uma situação similar por todo o país, em que a falta de professores e de políticas de permanência (como bolsas, moradia e restaurantes universitários adequados e acessíveis, dentre outras) criaram uma situação insustentável para os estudantes, em especial os trabalhadores, pobres e negros.



Porém, o movimento estudantil mostrou que não irá aceitar essa situação calado. As mobilizações das últimas semanas demonstraram que é possível enfrentar esse verdadeiro desmonte de nossas universidades públicas. Agora, precisamos ir além e unificar as diversas lutas que vêm ocorrendo pelo país, que de fundo ocorrem pelos mesmos motivos, em torno a pautas em comum.

Pelo nosso direito a permanecer e nos formar, vamos

construir uma grande mobilização unificada dos estudantes de todo país! Contra o desmonte das universidades públicas e em defesa dos nossos direitos!

PANO DE FUNDOS DOS ATAQUES: OS PROJETOS DE PRIVATIZAÇÃO

O desmonte que estamos vendo acontecer das universidades públicas no país não é acidental. Ele é parte de um projeto mais geral, de desmonte dos serviços e empre-

sas públicas e de privatização. A ideia é ir, aos poucos, minando os serviços das universidades, que hoje são públicas, tornando a situação insustentável, para, depois, apresentar a privatização e a iniciativa privada como soluções dos nossos problemas.

De fundo, o projeto visa enriquecer os empresários e bilionários, fazendo avançar a privatização da Educação, como também é o caso com os demais projetos de privatização pelo país.

Os governos estaduais da extrema direita são representantes explícitos desse projeto. É o caso de São Paulo, onde Tarécio de Freitas (Republicanos) tem como mote de sua administração a privatização e está tentando vender empresas públicas ligadas ao metrô, ao saneamento básico e aos trens. É assim também em vários outros estados governados pela extrema direita.

Porém, não são apenas esses governos que defendem esse projeto. O governo federal de Lula-Alckmin, apesar de dizer que defende os direitos dos trabalhadores, já deixou bastante nítido que não apenas compactua, mas também defende e aplica esses mesmos projetos neoliberais e privatistas.

Algo evidente desde a aprovação do Arcabouço Fiscal e o investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs), até o Novo Ensino Médio, que são, todos eles, projetos neoliberais privatistas. É por isso que exigimos que Lula revogue o Novo Ensino Médio e pare de uma vez com as privatizações!

UNIDADE

Nossa luta tem que se enfrentar com os governos

As reitorias não são mais que capachos dos governos estaduais e federais, a serviço de seus projetos de privatização e desmonte da Educação pública. É por isso que para sermos vitoriosos até o final, temos que enfrentar, também, todos esses governos que aplicam os projetos que nos atacam! É por isso que precisamos construir uma oposição de esquerda, tanto à extrema direita genocida e racista, quanto ao PT.

Porém, a União Nacional dos Estudantes (UNE), dirigida pela União da Juventude Socialista (UJS) e outros coletivos, é aliada do governo federal, que realiza ataques aos nossos di-

reitos. Por isso, a entidade é incapaz de levar as lutas dos estudantes até o final!

Por outro lado, os coletivos da Oposição de Esquerda no interior da entidade, apesar de se oporem às direções majoritárias da UNE, também não levam a luta contra o governo federal até o final. O PSOL, que é ligado a coletivos como Juntos e Afronte, é base aliada do governo federal, onde possui ministério e secretarias. E o Correnteza e União da Juventude Comunista (UJC) não colocam a necessidade de construir uma oposição de esquerda ao governo federal como um eixo pro movimento estudantil.

CONSTRUIR UMA LUTA NACIONAL UNIFICADA E UMA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AOS GOVERNOS!

É por isso que fazemos um chamado aos coletivos e entidades do movimento estudantil: é preciso que construamos uma luta nacional unificada em defesa da Educação pública. É preciso que rompam com o governo federal e embarquem na construção de uma oposição de esquerda decidida, aos governos da extrema direita, mas também ao governo federal do PT. Só assim conseguiremos enfrentar o conjunto dos ataques à Educação!

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PWAHCC](https://bit.ly/3PWAHCC)**

